



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. JOSÉ RICARDO PORTO

DECISÃO MONOCRÁTICA

APELAÇÃO CÍVEL Nº.: 0001097-52.2014.815.0551

Relator	: Des. José Ricardo Porto
Apelante	: Cícera Rosilene Fortunato
Advogado	: Luiz Bruno Veloso Lucena – OAB/PB 9.821
Apelado	: Município de Remígio
Advogados	: João Barboza Meira Júnior – OAB/PB 11.823 Vinícius José Carneiro Barreto – OAB/PB 15.564

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. IRRESIGNAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO DIREITO PERQUIRIDO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NEGADO PELA ADMINISTRAÇÃO. SUBSISTÊNCIA DOS ARGUMENTOS. EDILIDADE QUE NÃO COMPROVOU FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DA PRETENSÃO AUTORAL. EXEGESE DO ARTIGO 373, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. FUNCIONÁRIA EM ATIVIDADE. DIREITO DE REQUERER A VERBA EM DEBATE A QUALQUER TEMPO. JULGAMENTO PROFERIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. PROVIMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO.

- Tendo a autora trazido aos autos esteio probatório acerca da ultrapassagem do quinquênio ininterrupto de exercício, em observância ao prescrito pela legislação municipal, e da formulação de requerimento administrativo ao Prefeito Constitucional, com a juntada, respectivamente, da sua nomeação ao cargo de professora e da respectiva postulação extrajudicial, caberia ao ente municipal, com fulcro no artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015, desincumbir-se do ônus, acostando ao encarte processual documentos hábeis e

capazes de modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora, o que não ocorreu no caso concreto.

- É obrigação do ente público comprovar o adimplemento da licença requerida ou que a concessão da licença prêmio restou impedida em decorrência do número de servidores em gozo simultâneo do benefício ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa.

- Enquanto na ativa, o servidor pode optar, a qualquer tempo, pelo gozo da citada verba ou sua conversão em espécie. Logo, o prazo prescricional da pretensão de indenização dos períodos não usufruídos somente tem início quando da aposentadoria ou exoneração do funcionário, não sendo estas as hipóteses analisadas nos presentes autos, posto que a servidora ainda se encontra em atividade, exercendo o seu labor perante o Município de Remígio.

- *“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LICENÇA-PRÊMIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. APOSENTADORIA. PRECEDENTES. AÇÃO DECLARATÓRIA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.*

1. O entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o termo a quo da prescrição do direito de pleitear indenizações referentes a licenças e férias não gozadas é o ato de aposentadoria e, dessa forma, mantida a relação com a Administração, o servidor público poderá usufruir do gozo da licença-prêmio a qualquer tempo, anteriormente à aposentação.

2. Não subsiste a incidência da prescrição porquanto a demanda que visa o reconhecimento do direito ao gozo de licenças-prêmio, no ponto, tem natureza declaratória.

3. Agravo regimental desprovido.”

(AgRg no Ag 1094291/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 20/04/2009).

- **Julgamento proferido pelo STJ em sede de recurso repetitivo:** *“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DATA DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC. (...) 4. Considerando que somente com a aposentadoria do servidor tem início o prazo prescricional*

do seu direito de pleitear a indenização referente à licença-prêmio não gozada, não há que falar em ocorrência da prescrição quinquenal no caso em análise, uma vez que entre a aposentadoria, ocorrida em 6/11/02, e a propositura da presente ação em 29/6/07, não houve o decurso do lapso de cinco anos. 5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 6. Recurso especial não provido.” (REsp 1254456/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/04/2012, DJe 02/05/2012).

- “Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a:

(...)

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;”

(Art. 932, IV, “b”, do NCPC)

VISTOS.

Trata-se de Apelação Cível interposta por **Cícera Rosilene Fortunato**, em face da sentença proferida pela magistrada de base às fls. 70/72, **que**, nos autos da “Ação Ordinária para Gozo de Licença-Prêmio” ajuizada por aquela em desfavor do **Município de Remígio**, objetivando a concessão do mencionado benefício, julgou improcedente a pretensão autoral.

Em suas razões recursais (fls. 77/79), a autora pugna pela reforma do decreto sentencial, sustentando que houve o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 74 da Lei Municipal nº 449/93, cujo dispositivo condiciona a percepção de gozo de três meses da aludida vantagem ao servidor que complete quinquênio ininterrupto no serviço público.

Defende, ainda, que o Juízo *a quo* equivocou-se ao considerar como óbice o regime estabelecido no art. 76 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Remígio, afirmando ser fato impeditivo do direito da promovente, cabendo, portanto, ao ente municipal comprovar que o número de servidores em gozo simultâneo da verba foi superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa ou entidade, não tendo a mencionada Edilidade produzido esteio probatório hábil a corroborar tais informações.

Em seguida, asseverou que a ausência de resposta da Prefeitura Municipal quanto ao requerimento administrativo não pode caracterizar obstáculo para o deferimento do pleito.

Contrarrazões não ofertadas, consoante atesta certidão anexada à fl. 83.

A Procuradoria de Justiça emitiu parecer às fls. 91/92, opinando apenas pelo prosseguimento do feito ante a ausência de interesse público no caso concreto.

É o breve relatório.

DECIDO.

O cerne da controvérsia recursal, conforme visto no relatório, reside em aferir se a promovente, nomeada como servidora efetiva do Município de Remígio no dia 26 de maio de 1998 (fl. 07), lotada na Secretaria de Educação e Cultura, exercendo o cargo de professora, possui direito à concessão de licença prêmio por assiduidade.

A autora narra, na exordial, ter ingressado com requerimento administrativo, o qual foi negado pelo Prefeito da mencionada Edilidade, razão pela qual ingressou com a presente demanda, com o escopo de viabilizar a percepção da referida vantagem.

Pois bem. Diante do contexto probatório colacionado aos autos, cumpre ressaltar que a Lei nº 449/93, a qual dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores da Prefeitura Municipal de Remígio, regulamenta na Seção VI, os requisitos a serem preenchidos pelo funcionário público para o gozo da parcela objeto da lide em pauta. Vejamos a redação dos dispositivos que contemplam a seção descrita:

Art. 74 - Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 03 (tres) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

Art. 75 - Não se concederá licença prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

I - Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastar-se do cargo em virtude de:

a) Licença por motivo de doença em pessoa da família sem remuneração;

b) Licença para tratar de interesses particulares;

c) Condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;

d) Afastamento para acompanhar o cônjuge ou companheiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faltas injustificadas ao serviço, retardarão à concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01(um) mês para cada falta.

Art.76 - O número de servidores em gozo simultâneo de licença prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa ou entidade.

A magistrada de base julgou improcedente o pedido por entender que houve ausência de comprovação do fato constitutivo do direito pretendido, não tendo a requerente juntado ao processo a negativa de indeferimento do pleito extrajudicial.

Ora, é forçoso concluir o equívoco açodado pelo Juízo *a quo*, eis que, tendo a autora trazido aos autos esteio probatório incontestado acerca da ultrapassagem do quinquênio ininterrupto de exercício, em observância ao prescrito pela legislação municipal, e da formulação de requerimento administrativo ao Prefeito Constitucional, com a juntada, respectivamente, da sua nomeação ao cargo de professora e da postulação extrajudicial, caberia ao ente municipal, com fulcro no artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015, desincumbir-se do ônus, acostando ao encarte processual documentos hábeis e capazes de modificar, impedir ou extinguir o direito da parte autora.

Tal premissa advém do fato de ser obrigação do ente público comprovar o adimplemento da licença requerida ou que a concessão da licença prêmio restou impedida em decorrência do número de servidores em gozo simultâneo do benefício ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa.

Não obstante, ainda que a Administração disponha de plenas condições para produzir provas cujo teor caracterize a incontestabilidade da existência de fato modificativo, extintivo ou impeditivo da pretensão autoral, aquela não o fez, razão pela qual não agiu com acerto a juíza de primeiro grau ao fundamentar a decisão sob a alegação de que o encargo seria da demandante nesse aspecto.

Esta Egrégia Corte, em **recentíssimos** julgados, assim já decidiu sobre o tema posto em debate:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. VÍNCULO PRECÁRIO. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. CONTRATO NULO. DIREITO AO FGTS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM REPERCUSSÃO GERAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO ADIMPLEMENTO DA VERBA. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL. ÔNUS DA FAZENDA PÚBLICA. DESRESPEITO AO ART. 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO APELATÓRIO. - Apenas é devido o saldo salarial e o FGTS dos que prestaram serviços à Administração em decorrência de contratação irregular. - **Tendo em vista que a alegação de pagamento de verbas trabalhistas representa fato extintivo do direito do autor, compete ao empregador produzir provas capazes de elidir a presunção de veracidade existente em favor dos servidores que buscam o recebimento das prestações salariais não pagas (...).**” (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002420620148150541, - Não possui -, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 10-10-2017) – Grifei.

“APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA DE ANUÊNIOS/QUINQUÊNIOS ATRASADOS. INSURREIÇÃO DO ENTE MUNICIPAL. PRELIMINAR. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. REJEIÇÃO. DIREITO DE AÇÃO E PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA APRECIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. MÉRITO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. BENEFÍCIO DEVIDO. MATÉRIA REGULADA POR LEI MUNICIPAL. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE NÃO ELIDIDA PELO ENTE MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DOS PROMOVENTES. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO. - Não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, como condição para o beneficiário ingressar em juízo, e o interesse processual liga-se à necessidade de satisfação de uma pretensão da parte que, se não propuser a demanda, pode vir a sofrer um prejuízo. - Adicional por tempo de serviço é uma vantagem pecuniária concedida, pela administração, aos servidores, em razão do tempo de serviço, destinando-se a recompensar os que mantiveram por longo tempo no exercício do cargo e, existindo previsão legal, não há como reconhecer indevido o pagamento desse benefício. - *Tratando-se de ação de cobrança de remuneração intentada por servidores públicos, opera a inversão do onus probandi, cabendo à Administração Pública colacionar documentos hábeis capazes de modificar ou extinguir o direito dos promoventes de receberem as quantias pleiteadas na exordial*”. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00011538420178150000, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 10-10-2017) – Grifos nossos.

“APELAÇÃO CÍVEL. ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDOR MUNICIPAL. VERBAS REMUNERATÓRIAS NÃO PAGAS. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA EDILIDADE CAPAZ DE IMPEDIR, ALTERAR OU EXTINGUIR O DIREITO PLEITEADO. ÔNUS PROBATÓRIO DA MUNICIPALIDADE. DESPROVIMENTO DO APELO. (...) Cabe ao ente municipal a produção de prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito dos servidores, em face à natural e evidente fragilidade probatória destes. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00021102020138150261, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 12-09-2017) VISTOS etc.” (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00007424220148150551, - Não possui -, Relator DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ BENEVIDES, j. em 02-10-2017) – Grifos nossos.

“REMESSA NECESSÁRIA E APELO. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. RETENÇÃO DE VENCIMENTOS. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO. ÔNUS CABÍVEL À EDILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, II, DO CPC. VERBAS

DEVIDAS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. MODIFICAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO DESDE LOGO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA ILÍQUIDA. NECESSIDADE DE ARBITRAMENTO APÓS A LIQUIDAÇÃO. CPC, ART. 85, § 4º, II. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO E PROVIMENTO PARCIAL DA REMESSA. - Segundo artigo 373, II, do novel CPC, é ônus do Município provar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo que afaste o direito do servidor ao recebimento das verbas pleiteadas, do qual não se desincumbiu. - "[...] para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, os juros de mora incidirão da seguinte forma: percentual de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 3º do Decreto-lei 2.332/87, no período anterior a 27/08/2001, data da publicação da Medida Provisória 2.180-35, que acresceu o art. 1º-F à Lei 9.497/97; percentual de 0,5% ao mês, a partir da Medida Provisória 2.180-35/2001, até o advento da Lei 11.960, de 29/06/2009 (DOU de 30/06/2009), que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97; juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002081820158150631, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 26-09-2017) – Grifei.

Ademais, registro, por oportuno, que a situação em debate não possui liame com pedido de conversão da verba em pecúnia, limitando-se a pretensão autoral em pleitear a declaração do direito de gozo do aludido benefício.

Como se sabe, enquanto na ativa, o servidor pode optar, a qualquer tempo, pelo gozo da citada verba ou sua conversão em espécie. Logo, o prazo prescricional da pretensão de indenização dos períodos não usufruídos somente tem início quando da aposentadoria ou exoneração do funcionário, não sendo estas as hipóteses analisadas nos presentes autos, posto que a servidora ainda se encontra em atividade, exercendo o seu labor perante o Município de Remígio.

Corroborando o entendimento acima delineado, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Pátrios, assim já decidiram em matéria de incontestável equivalência:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. LICENÇA-PRÊMIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. APOSENTADORIA.

1. "O entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o termo a quo da prescrição do direito de pleitear indenizações referentes a licenças e férias não gozadas é o ato de aposentadoria e, dessa forma, mantida a relação com a Administração, o servidor público poderá usufruir do gozo da licença-prêmio a qualquer tempo, anteriormente à aposentação." (AgRg no Ag 1.094.291/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/3/09, DJe 20/4/09)

2. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 810.617/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2010, DJe 01/03/2010) – Grifei.

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LICENÇA-PRÊMIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. APOSENTADORIA. PRECEDENTES. AÇÃO DECLARATÓRIA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. O entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o termo a quo da prescrição do direito de pleitear indenizações referentes a licenças e férias não gozadas é o ato de aposentadoria e, dessa forma, mantida a relação com a Administração, o servidor público poderá usufruir do gozo da licença-prêmio a qualquer tempo, anteriormente à aposentação.

2. Não subsiste a incidência da prescrição porquanto a demanda que visa o reconhecimento do direito ao gozo de licenças-prêmio, no ponto, tem natureza declaratória.

3. Agravo regimental desprovido.”

(AgRg no Ag 1094291/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 20/04/2009) – Grifos nossos.

“AÇÃO ORDINÁRIA. RECONHECIMENTO DO DIREITO DE FÉRIAS E LICENÇA PRÊMIO RELATIVO AO PERÍODO DE CURSO DE FORMAÇÃO. POLICIAL MILITAR DA ATIVA. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO. Inocorrência. Não ocorre a prescrição do fundo de direito em relação a direito potestativo. Autores que possuem vínculo com a Administração, sem solução de continuidade, e podem exercer o direito ao usufruto de férias e licença prêmio a qualquer tempo em atividade. **MÉRITO. PROCEDÊNCIA.** Direito a averbação de todos os direitos que eram previstos no Decreto nº 28.312/1988, reprisado pelo Decreto nº 34.729/92. Legislação que já considerava o período no curso de formação de soldado como tempo de serviço, para fins legais. Incluídas férias e licença prêmio. Vedação ao enriquecimento sem causa por parte do ente público. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. Sentença de procedência mantida. Recurso desprovido.” (TJSP; APL 1021838-72.2016.8.26.0114; Ac. 10700150; Campinas; Oitava Câmara de Direito Público; Rel. Des. Leonel Costa; Julg. 16/08/2017; DJESP 23/08/2017; Pág. 2566) – Grifei.

“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR E PRESCRIÇÃO REJEITADAS. SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO - CE. LICENÇA PRÊMIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REEXAME NECESSÁRIO E APELO PROVIDOS. SENTENÇA REFORMADA. 1 - A questão controvertida consiste em saber se os apelados, servidores públicos do município de mucambo, possuem direito ao gozo da gratificação de licença prêmio instituída pela Lei Municipal nº 234/1995. 2 - Preli-

minarmente, convém ressaltarmos que, tendo em vista a garantia individual do acesso ao poder judiciário prevista no [art. 5º, XXXV, da Constituição Federal](#), descabe a exigência de negativa na via administrativa pelo ente público para a configuração do interesse de agir, porquanto não se faz necessário tal percurso, tampouco a existência de prévio requerimento para acionar a tutela jurisdicional do estado. Preliminar rejeitada. 3 - Com efeito, quanto a suposta incidência da prescrição quinquenal no caso em análise, salientamos que o prazo prescricional para a conversão em pecúnia do benefício da licença-prêmio não gozada inicia-se a partir do ato de aposentadoria do servidor. Assim, enquanto mantiverem vínculo com a administração, os apelados, caso preencham os requisitos exigidos em Lei, poderão usufruir do gozo da licença-prêmio a qualquer tempo. Rejeito tal preliminar. 4 - Compulsando os autos, resta claro que os apelados não demonstraram o preenchimento dos requisitos necessários ao gozo da licença-prêmio postulada, apenas limitaram-se a provar tão somente a condição de servidores públicos, sem acostar certidão ou documento análogo que atestasse a assiduidade pelo período de cinco anos, de forma a afastar a incidência dos impedimentos previstos no art. 76 da Lei Municipal 234/1995. 5 - Reexame necessário e recurso conhecidos e providos.” (TJCE; APL-RN 0002208-59.2013.8.06.0130; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Paulo Francisco Banhos Ponte; Julg. 20/02/2017; DJCE 02/03/2017; Pág. 14) – Grifos nossos.

Por oportuno, transcrevo abaixo julgamento proferido pela referida Corte Superior, em sede de recurso repetitivo, tendo em vista tratar-se de conjectura correspondente a servidor aposentado:

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. CONTAGEM PARA TODOS OS EFEITOS. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DATA DA APOSENTADORIA. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir o termo a quo da prescrição do direito de pleitear indenização referente a licença-prêmio não gozada por servidor público federal, ex-celetista, alçado à condição de estatutário por força da implantação do Regime Jurídico Único.

2. Inicialmente, registro que a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que o tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio por assiduidade, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei n. 8.112/90. Precedentes: AgRg no Ag 1.276.352/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/10/10; AgRg no REsp 916.888/SC, Sexta Turma, Rel. Min.

Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), DJe de 3/8/09;

REsp 939.474/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 2/2/09; AgRg no REsp 957.097/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 29/9/08.

3. Quanto ao termo inicial, a jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que a contagem da prescrição quinquenal relativa à conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada e nem utilizada como lapso temporal para a aposentadoria, tem como termo a quo a data em que ocorreu a aposentadoria do servidor público.

Precedentes: RMS 32.102/DF, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 8/9/10; AgRg no Ag 1.253.294/RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 4/6/10; AgRg no REsp 810.617/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 1/3/10; MS 12.291/DF, Rel. Min. Haroldo Rodrigues (Desembargador convocado do TJ/CE), Terceira Seção, DJe 13/11/09; AgRg no RMS 27.796/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 2/3/09; AgRg no Ag 734.153/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 15/5/06.

4. Considerando que somente com a aposentadoria do servidor tem início o prazo prescricional do seu direito de pleitear a indenização referente à licença-prêmio não gozada, não há que falar em ocorrência da prescrição quinquenal no caso em análise, uma vez que entre a aposentadoria, ocorrida em 6/11/02, e a propositura da presente ação em 29/6/07, não houve o decurso do lapso de cinco anos.

5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

6. Recurso especial não provido.”

(REsp 1254456/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/04/2012, DJe 02/05/2012)

Nessa linha de raciocínio, tendo em vista que, no caso concreto, ainda subsiste a relação com a Administração Pública, a servidora poderá usufruir do gozo da licença prêmio, **a qualquer tempo**, posto que o requerimento ocorreu em momento predecessor à aposentadoria.

Com essas considerações, monocraticamente, com fulcro no artigo 932, inciso IV, alínea “b”, do Código de Processo Civil de 2015, **PROVEJO A APELAÇÃO CÍVEL**, para determinar que o Município de Remígio conceda à autora 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, nos termos do art. 74 da Lei Municipal nº 449/93, considerando o decurso do período aquisitivo decorrido, compreendido entre os anos de 2008 a 2013, ficando o gozo a ser aferido a critério de conveniência da administração pública municipal.

Ato contínuo, inverte os ônus de sucumbência, condenando o promovido, ora apelado, a pagar os honorários advocatícios, fixados no importe de R\$1.000,00 (mil reais), incluídos os recursais, com arrimo no artigo 85, §§8º e 11, do NCPC.

P.I.

Cumpra-se.

João Pessoa, 19 de outubro de 2017, quinta-feira.

Desembargador José Ricardo Porto
RELATOR

J/16